

1 **302ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo.**

2
3 **Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 26/10/2020.**

4
5 Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte foi realizada a
6 trecentésima segunda reunião ordinária do Pleno do CES/SP, no Conselho Estadual
7 de Saúde, por meio eletrônico, com as seguintes **PRESENCAS e**
8 **REPRESENTAÇÕES: I- PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA**
9 **SAÚDE:** Eduardo Ribeiro Adriano (Presidente); Cícero Costa Vieira Campanharo
10 (Suplente); Frederico Carbone Filho (Titular); Roxane Alencar Coutinho (Suplente);
11 **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Maristela Siqueira Macedo de Paula
12 Santos (Titular); Tiago Texera (Titular); **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO**
13 **PAULO:** José Carlos Souza Trindade Filho (Titular); **II- PRESTADORES**
14 **PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** João
15 Luis de Castro Vellucci (Titular), Antonio de Pádua Chagas (Suplente); **III -**
16 **REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REPRESENTANTES DOS**
17 **SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Benedito Augusto de
18 Oliveira (Titular); Francinilda Souza Lima (Suplente); Ernane Silveira Rosas
19 (Suplente); **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:**
20 Daniela Martins Galli (Titular); Durval Rodrigues (Suplente); Andreia Fuchs Bolsaris
21 (Titular); Horácio Manuel Santana Teles (Suplente); **ASSOCIAÇÃO DOS**
22 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Jorge Carlos Machado Curi (Titular); **IV -**
23 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - CENTRAIS SINDICAIS:** José Freire da
24 Silva (Titular); Ismael Gianeri (Titular); - **SETOR EMPRESARIAL:** Veridiano Bispo
25 dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:**
26 Alisson Barreto (Titular); Tiago Cepas Lobo (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE**
27 **PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Silvio Augusto Balan Garcia (Titular); Patrícia
28 Regina Dupim (Suplente); **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Idreno de
29 Almeida (Titular); Gilberto Teixeira Mendes (Suplente); Douglas Nogueira Alves
30 (Titular); Maria Isabel de Oliveira Panaro (Suplente); Lúcia de Nazaré Oliveira
31 (Titular); Paulo Roberto Belinelo (Titular); **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Alaor
32 Vieira dos Santos (Titular); **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE**
33 **DEFESA DA SAÚDE:** José Carlos Ribeiro Gimenes (Titular); José Dionízio dos
34 Santos Garcia (Suplente). **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: III - REPRESENTAÇÃO**
35 **DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE**
36 **TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Adilton Doreval Leite (Titular);
37 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Marcia Gonçalves (Titular);
38 **SETOR EMPRESARIAL:** Marcelo Antônio Fernandes (Titular); **IV -**
39 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE**
40 **PATOLOGIA:** Carlos Alberto Rotea Júnior (Titular). **AUSENTES: SECRETÁRIOS**
41 **MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Cristiane Bomfim de Lima Gomes (Suplente); Ricardo
42 Leão (Suplente);); **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Antonio
43 Gonçalves Filho (Titular); José Roberto Souza (Suplente); Silvia Justina Papini
44 (Suplente);); **II- PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE -**
45 **ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Kátia Souza Kaiser (Titular); Patrícia Rodrigues
46 Telis (Suplente); **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE -**
47 **REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA**
48 **SAÚDE:** Lourdes Estevão de Araújo (Suplente); Otelo Chino Junior (Suplente);
49 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Íris Renata Vinha (Suplente);
50 Alexander de Carlo Navarro (Suplente); **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS -**
51 **CENTRAIS SINDICAIS:** Guilherme Giuseppin Torres (Titular); Renato de Jesus
52 Santos (Suplente); Cleonice Caetano de Souza (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE**
53 **PORTADORES DE PATOLOGIA:** Carla Regiane Diana (Suplente); **MOVIMENTOS**

54 **POPULARES DE SAÚDE:** Ercindo Mariano Junior (Suplente); Givanildo Oliveira dos
55 Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:**
56 Tereza de Souza Dias Gutierrez (Titular); Regiane Alves Ferreira (Suplente);
57 **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR:**
58 Ana Paula Bortoletto (Titular); Ana Carolina Navarrete (Suplente); **CONVIDADOS:**
59 Ricardo Palácios, Fábio Henrique Salles, Fernanda Aguiar, Luiz Artur Vieira Caldeira
60 e Regiane Cardoso de Paula. O Secretário Executivo do CES-SP, Belfari Garcia
61 Guiral, iniciou a 302ª Reunião Ordinária dando as boas-vindas aos participantes e
62 verificando a presença dos Conselheiros titulares e suplentes. Após a identificação e
63 validação do quórum, o Secretário Belfari colocou em regime de votação a ata da
64 reunião extraordinária de 14 de setembro de 2020 que foi aprovada por dezessete
65 votos, nenhum voto contrário e duas abstenções, além do registro de um voto que
66 não foi registrado pelo sistema. Com a palavra, o Conselheiro José Freire tratou
67 sobre uma "live" de capacitação sobre a Saúde da população negra do Estado de
68 São Paulo, sugerida e iniciada pela CISTT em Presidente Prudente. O Conselheiro
69 ressaltou a importância da mobilização dos atores envolvidos no tema. A
70 Conselheira Roxane iniciou sua fala sobre o Programa Auto Estima, coordenado pela
71 área técnica de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde, que mantém um
72 portal na internet para o cidadão e o profissional de saúde, com diversos textos e
73 vídeos sobre alimentação saudável, atividade física, questões sobre a pandemia,
74 entre outros assuntos. Existem ainda cursos para o Profissional de Saúde do SUS
75 com atendimento em parceria com o Instituto de Psicologia da USP, COSEMS, IPT,
76 Univesp, Prodesp, SEBRAE e Secretaria de Agricultura. O Secretário Belfari passou
77 então a palavra para o Presidente do Conselho Estadual de Saúde, o Secretário da
78 Saúde em exercício, Dr. Eduardo Ribeiro Adriano. O Presidente iniciou seu
79 pronunciamento esclarecendo sobre a operação da Polícia Civil na Secretaria
80 Estadual de Saúde, cujo conteúdo integral mantém-se em sigilo de justiça, porém,
81 trata-se de uma operação de desembaraço de uma suposta organização criminosa
82 que atua no âmbito da Saúde e organizações sociais que mantém convênios ou
83 contratos com a Pasta, de acordo com os órgãos judiciários, a corregedoria de
84 administração e os meios de comunicação. O Presidente afirmou que, de posse
85 dessas informações, a Secretaria solicitou a ruptura imediata desses contratos ou
86 convênios com processo de desqualificação dessas entidades, sem prejuízo de uma
87 profunda investigação acerca de eventuais desvios que se confirmem nessas
88 gestões de unidades estaduais. O Conselheiro Douglas pediu questão de ordem,
89 apontando que a reunião sobre a prestação de contas com a Comissão de Gestão,
90 que trata das organizações sociais, não aconteceu, mas agradeceu a transparência
91 das informações trazidas pelo Secretário Eduardo. O Secretário Belfari deu
92 seguimento à reunião apresentando aos conselheiros o Dr. Ricardo Palácios, diretor
93 médico de Pesquisa Clínica do Instituto Butantan, que iniciou sua palestra sobre os
94 resultados dos estudos e perspectivas da Coronovac, a vacina contra COVID-19,
95 desenvolvida pelo Instituto Butantan em uma parceria inédita com a farmacêutica
96 Sinovac Life Science, do grupo Sinovac Biotech, que já está na fase final de ensaios
97 clínicos e é uma das mais promissoras em todo o mundo. O Dr. Ricardo explicou
98 quanto tempo dura a imunidade das pessoas após a infecção natural pelo
99 Coronavírus, apontando que há diferença entre assintomáticos e sintomáticos; e o
100 aparecimento de anticorpos IGg, bem como sua proteção ao organismo de cada
101 pessoa, é diferente e depende do grau de severidade da doença que acometeu cada
102 indivíduo. Dessa forma, o diretor concluiu que é impossível atingir a imunidade de
103 rebanho de forma natural, sem a vacina. Em seguida, o Dr. Ricardo delimitou todas
104 as etapas de avaliação de laboratórios no desenvolvimento de parcerias para
105 vacinas contra COVID-19 no Butantan até a escolha da Sinovac e ressaltou o
106 desenvolvimento clínico conjunto, o acordo de licenciamento e o acordo de

107 transferência de tecnologia. O diretor também explicou todo o estudo de fase três
108 da vacina, desde os critérios para a escolha dos voluntários até a metodologia para
109 avaliar a segurança e eficácia do imunizante. Após a apresentação, o Secretário
110 Belfari passou a palavra aos Conselheiros inscritos. O Conselheiro Douglas registrou
111 sua indignação como cidadão de Poá e do Estado de São Paulo em relação à
112 politização em torno da vacina. Após esse registro, o Conselheiro Douglas
113 questionou o diretor Ricardo sobre a etapa do estudo da Coronavac no Butantan, o
114 orçamento e o investimento da Pasta no desenvolvimento da vacina, e solicitou a
115 previsão real, com garantia de segurança e efetividade, da conclusão dos testes
116 clínicos e disposição da vacina para a população brasileira. A Conselheira Maria
117 Isabel se sentiu contemplada pela fala do Conselheiro Douglas e também
118 questionou o médico sobre a seleção de gestantes voluntárias para a vacinação
119 contra a COVID-19. O Conselheiro Frederico ponderou sobre a polarização política e
120 sugeriu uma manifestação de apoio irrestrita à iniciativa do Governo de São Paulo e
121 do Instituto Butantan pelo desenvolvimento da vacina. Também questionou o Dr.
122 Ricardo sobre a efetividade e a imunogenicidade da Coronavac, outros países
123 envolvidos na pesquisa clínica com a Sinovac e doses necessárias. Em sua resposta,
124 o Dr. Ricardo afirmou que, apesar do assunto fazer parte da agenda política, não
125 houve interferência de qualquer natureza por parte dos governantes no estudo
126 científico - todas as decisões foram fundamentadas com bases em conhecimentos
127 técnicos e da Saúde Pública. Em relação ao orçamento, o Dr. Ricardo colocou que,
128 por conta da situação emergencial, o orçamento é reavaliado periodicamente e de
129 forma responsável para que seja possível favorecer o avanço científico, com apoio
130 da Fapesp. Sobre o estudo com gestantes, ainda em fase preliminar, com animais,
131 a partir dos resultados favoráveis, o diretor contou que será feita a solicitação
132 formal à Anvisa e à Conep e, a partir da aprovação, terá início o estudo com ampla
133 divulgação. Sobre a previsão da disponibilização das vacinas, o Dr. Palácios afirmou
134 que não serão tomados atalhos e a vacina só será aprovada após todos os testes
135 serem finalizados dentro do protocolo com todo o rigor científico. Quanto aos países
136 que também estão testando a Coronavac, o médico elencou a China, Indonésia,
137 Turquia e Chile. E sobre as doses, o médico afirmou que devem ser aplicadas duas
138 doses, a segunda com intervalo de 14 a 28 dias da primeira. O Conselheiro Horácio
139 questionou sobre o acompanhamento do retorno das pessoas imunizadas para a
140 segunda dose. A Conselheira Andreia perguntou se o estudo do Instituto Butantan
141 trabalha com a possibilidade de reinfeção e também se há a necessidade de apoio
142 para o recrutamento de novos voluntários entre os profissionais os quais
143 representa. O Conselheiro Benedito falou sobre a politização do debate em torno da
144 vacina, e a importância de uma manifestação pelo colegiado de repúdio em relação
145 ao recuo do Ministério da Saúde à compra da Coronavac e em defesa ao Instituto
146 Butantan. O Conselheiro Douglas pediu questão de ordem para tratar sobre a
147 previsão da vacinação para dezembro e o retorno fracionado às aulas. O Dr.
148 Palácios respondeu as perguntas dos Conselheiros reconhecendo a experiência do
149 Brasil com o Programa Nacional de Imunização, a importância dos profissionais da
150 Saúde na linha de frente no combate o Coronavírus, a ampliação do protocolo de
151 testes para os casos de reinfeção, agradecendo a proposta de difusão para mais
152 voluntários, e justificou a insistência do Instituto Butantan na parceria com a
153 Sinovac para conseguir prioridade aos brasileiros e concordou que a politização em
154 torno da vacina é inaceitável. Para responder sobre a questão das datas, o médico
155 concordou que há incertezas nas previsões, mas, para isso, existem os estudos
156 científicos, e, em relação ao retorno às aulas das crianças, ele expressou que há
157 um impacto real na saúde integral, principalmente, mental, quando os alunos são
158 retirados do ambiente social e que deve haver uma discussão mais aprofundada em
159 torno do tema. O Secretário Belfari passou, então, a palavra ao Presidente do

160 Conselho, Eduardo Ribeiro, que fez considerações sobre a manifestação do
161 Conselheiro Benedito, no intuito de criar um documento apolítico em favor do Plano
162 Nacional de Imunização, como um programa exitoso e de Estado, e que, se a
163 vacina do Instituto Butantan se comprovar segura e eficaz, deveria ser tratada de
164 forma isonômica pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde e incorporada ao PNI, bem
165 como outras vacinas. O Secretário Eduardo lembrou que a maior operação logística
166 é feita com a vacina Influenza, com a distribuição de cerca de quatro milhões de
167 doses por mês. A cadeia de distribuição da Coronavac, após a aprovação da Anvisa
168 e disponibilização pelo Butantan, envolverá 15 milhões de doses por mês e
169 demandará a ampliação em quatro vezes a capacidade do Estado, em
170 armazenamento, cadeia de frio e aquisição de um quantitativo de mais de 90
171 milhões de seringas e agulhas. O Secretário Belfari colocou então em votação, a
172 partir do encaminhamento do Conselheiro Benedito Augusto, uma moção de
173 repúdio às atitudes do Ministério da Saúde contra a vacina produzida pelo Instituto
174 Butantan e apoio às suas ações de desenvolvimento da Coronavac, que foi
175 aprovada com 20 votos a favor. Os Conselheiros passaram ao debate do próximo
176 item da pauta que trata da constituição de um grupo de trabalho para atuar nos
177 assuntos referentes ao Webinar sobre os impactos da EC 95/2016 no orçamento da
178 saúde. O Secretário Belfari fez, pela Conselheira Maria Isabel, a leitura da carta
179 compromisso sobre o assunto. Após a votação, os Conselheiros aprovaram o GT e o
180 produto do webinar com dezenove votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida,
181 houve a votação das homologações da indicação do Conselheiro Carlos Alberto
182 Rotea Junior como Coordenador Adjunto da Comissão de Políticas de Saúde e
183 acompanhamento dos Instrumentos de Planejamento; da indicação do Conselheiro
184 Veridiano Bispo dos Santos como Coordenador Adjunto do Grupo de Trabalho de
185 Vigilância Epidemiológica, Farmacológica e Imunizações e da indicação da
186 Conselheira Francinilda Souza Lima como Coordenadora Adjunta da Comissão de
187 Saúde e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. O
188 Conselheiro Paulo e a Conselheira Roxane declaram seus votos favoráveis. A
189 deliberação foi aprovada com vinte votos favoráveis. Dando continuidade à pauta, o
190 Secretário Belfari colocou em debate a moção de repúdio à decisão do Governo
191 Municipal de São Paulo na reestruturação da Coordenadoria de Vigilância em Saúde
192 (Covisa) do município. O Conselheiro José Freire declarou que a demanda chegou à
193 Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) e que o
194 motivo dela foi o desmonte da Covisa, com a distribuição dos funcionários por
195 diversas regiões do Município, tirando, inclusive, representatividade da própria
196 Vigilância em Saúde. O Secretário Belfari passou a palavra ao representante da
197 Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Dr. Fábio Henrique Salles, também
198 Conselheiro Municipal de Saúde, que apresentou sua equipe de planejamento,
199 formada pela Dra. Fernanda Aguiar e o Dr. Estevão, e o Coordenador de Covisa,
200 Luiz Artur Vieira Caldeira. Com a palavra, o Coordenador Luiz Artur fez uma breve
201 explanação de como é feito o serviço de Vigilância em Saúde no Município de São
202 Paulo: a divisão em Vigilâncias Epidemiológica, de Produtos e Serviços de Interesse
203 da Saúde, Zoonoses, Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; a organização em
204 Unidades de Vigilância em Saúde (UVIS), e a interface com as Unidades Básicas de
205 Saúde (UBS) e Hospitais. No que tange ao Decreto Nº 59.685, de treze de agosto
206 de dois mil e vinte, o Coordenador explicou que houve uma reorganização da
207 Secretaria Municipal da Saúde, que impactou mudanças em diversos
208 departamentos, e, no caso da Covisa, alterações administrativas de algumas
209 condutas, com a descentralização da operação fiscalizatória e das praças de
210 atendimento para as vinte e oito UVIS, porém, a parte técnica, o organograma e
211 todo o desenho da Vigilância em Saúde foram mantidos, inclusive suas atribuições,
212 setores e atividades. O Coordenador Luiz Artur destacou ainda o curso on-line de

213 capacitação sobre Saúde do Trabalhador promovido para setecentos servidores do
214 Município, por meio da Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, sob a
215 responsabilidade do Dr. Mario Rubens Amaral de Jesus. O Dr. Fábio complementou
216 a explanação afirmando que a intenção da Secretaria Municipal foi favorecer o
217 atendimento regional à população. A Dra. Fernanda ressaltou que houve um
218 processo que contou com servidores da Secretaria e da Autarquia Municipal e, por
219 meio de diversos encontros, seminário, espaços ampliados de discussão, foi
220 estabelecido um diálogo entre gestores e equipes, para aprimorar a capacidade
221 institucional e evitar a sobreposição de atividades. O Conselheiro Paulo citou as
222 Resoluções número três e dez de dois mil e dezessete, que estabelecem a
223 necessidade do amplo debate com os Conselheiros Municipais no Conselho sobre
224 qualquer mudança significativa. De acordo com o Conselheiro não houve o debate e
225 o caráter deliberativo do Conselho Municipal não foi respeitado. O Conselheiro
226 Idreno defendeu que o fato se tratou de uma questão política, autoritária, sem dar
227 voz aos funcionários, e logo após a reorganização foram abertos todos os
228 equipamentos de lazer e diversão em momento inoportuno. O Conselheiro José
229 Freire concluiu o debate reforçando que o Decreto Nº 59.685 colocou fim à Divisão
230 de Administração, à Divisão de Finanças e à Divisão de Gestão de Pessoas da
231 Coordenadoria no Município de São Paulo, e que um parecer de um Conselheiro do
232 Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) relata que não houve um
233 cronograma, não foram apresentadas atas de reuniões realizadas com os
234 trabalhadores, houve perda de autonomia da Vigilância em um momento de
235 pandemia e centralização de atribuições para o Secretário Adjunto e Secretaria de
236 Gabinete. Após votação, foi aprovada Moção de Repúdio à Decisão do Governo
237 Municipal de São Paulo na reestruturação da Coordenadoria de Vigilância em Saúde
238 do município com quatorze votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. A
239 Conselheira Maria Isabel pediu questão de ordem e registrou seu voto favorável
240 ressaltando a necessidade dos gestores ouvirem os funcionários e profissionais da
241 ponta na tomada de decisões. Os Conselheiros Estaduais de Saúde de São Paulo
242 passaram então ao debate do quinto item de pauta, sobre a Moção de Repúdio à
243 Decisão do Governo Federal que revogou a lista de doenças relacionadas ao
244 trabalho. O Conselheiro José Freire explicou que houve uma revisão da Lista de
245 Doenças relacionadas ao Trabalho de mil novecentos e noventa e nove, adotada
246 como referência para uso clínico e epidemiológico, aprovada pela Portaria GM/MS
247 nº 2.309 em dois mil e vinte já com a inclusão da doença causada pelo Coronavírus
248 SARS-CoV-2 (COVID-19). No dia seguinte, houve sua revogação por meio da
249 Portaria GM/MS nº 2.345, desconsiderando o trabalho de uma equipe de técnicos,
250 cientistas, empresas, trabalhadores e universidades. O Conselheiro Benedito pediu
251 vistas e o item foi retirado da pauta. O Conselheiro José Freire iniciou a discussão
252 sobre o sexto item de pauta que trata da recomendação de rotina e notificação dos
253 casos de COVID-19 relacionadas ao trabalho. Ele citou o conflito que trouxe para os
254 profissionais de Saúde a Medida Provisória nº 927, de dois mil e vinte, por
255 estabelecer que os casos de contaminação pelo Coronavírus (COVID-19) não
256 seriam considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação donexo causal. O
257 Conselheiro José Freire também destacou o fluxograma de reconhecimento e
258 notificação da COVID-19 relacionado ao trabalho criado por um grupo da Frente
259 Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores da Rede Nacional de Atenção
260 Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). A Diretora Técnica do Centro de
261 Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria de Estado da Saúde e Coordenadora
262 de Vigilância em Saúde, Regiane Cardoso de Paula, fez uma apresentação de como
263 a Vigilância em Saúde trabalha a notificação da COVID-19, iniciando com um
264 panorama da situação epidemiológica mundial com mais de quarenta e dois milhões
265 de casos, e, no Estado de São Paulo, 1.091.980 casos e trinta e oito mil óbitos

266 registrados. Em seguida, a Dra. Regiane explicou o protocolo da COVID-19 no
267 Estado: as diretrizes que fazem parte da deliberação CIB 75, com a definição de
268 casos suspeitos, a responsabilidade pela notificação em vinte e quatro horas a
269 partir da suspeita e a condução dos casos, a abordagem diagnóstica, a investigação
270 de casos, rastreamento e monitoramento de contatos de COVID-19. A Conselheira
271 Maria Isabel questionou sobre a impossibilidade de isolamento dos contatos de
272 casos para as famílias de baixa renda, trabalhadores e usuários de transportes
273 públicos. A Dra. Regiane concordou com a Conselheira que a pandemia escancarou
274 as fragilidades sociais do Brasil, mas, fez um contraponto lembrando o trabalho
275 do Estado de São Paulo nas comunidades de Paraisópolis e Heliópolis. O
276 Conselheiro José Freire finalizou o debate agradecendo a Dra. Regiane pelas
277 informações e ressaltou a necessidade de uma recomendação voltada aos casos de
278 COVID-19 relacionadas ao trabalho. O Secretário Belfari avisou que não havia mais
279 quórum para deliberação, já que, no momento, participavam da reunião doze
280 Conselheiros, incluindo o Presidente, então, os itens restantes da pauta passarão
281 para a próxima reunião do Conselho Estadual de Saúde. O Presidente Eduardo
282 finalizou a reunião agradecendo a todos os participantes por seu trabalho para um
283 Sistema Único de Saúde (SUS) cada dia melhor. A Conselheira Maria Isabel
284 lembrou o Presidente Eduardo e os Conselheiros Estaduais de Saúde fizeram um
285 minuto de silêncio em memória às vítimas da COVID-19. Após a homenagem, o
286 Secretário Belfari fez o encerramento dos trabalhos.

287 **Deliberação 01 - Assunto:** Aprovação e votação da Ata da Reunião Extraordinária
288 ocorrida em 14-09-2020 **Decisão:** Aprovada 17 votos a favor, 0 votos contrário, 02
289 votos abstenção.

290 **Deliberação 02 - Assunto:** CoronaVac - Parceria entre laboratório Sinovac e o
291 Instituto Butantan – Resultados dos estudos e perspectivas, com apresentação do
292 Dr. Ricardo Palacios. O Conselho Estadual de Saúde do Estado de São Paulo,
293 aprovou na data de hoje, durante a sua 302ª reunião ordinária, a Moção de
294 Repúdio às atitudes do Ministério da Saúde, contra a Vacina CoronaVac, do
295 Butantan e Apoio às ações de desenvolvimento. **Decisão:** Aprovada 20 votos a
296 favor, 0 voto contrário, 01 voto abstenção.

297 **Deliberação 03 - Assunto:** Homologação da composição do GT para atuar nos
298 assuntos referentes aos impactos da EC 95/2016 no orçamento da saúde e a Carta
299 Compromisso – composição: João Luis Castro Vellucci, Adriano Conrado Rodrigues,
300 Maria Isabel de Oliveira Panaro e Paulo Roberto Belinelo. E Aprovação da Carta
301 Compromisso em defesa de mais recursos para o SUS. **Decisão:** Aprovada 19 votos
302 a favor, 0 voto contrário, 01 voto abstenção.

303 **Deliberação 04 - Assunto:** Homologação das indicações dos Coordenadores
304 Adjunto: Conselheiro Carlos Alberto Rotea Junior – Comissão de Políticas de Saúde
305 e acompanhamento dos Instrumentos de Planejamento; Conselheiro Veridiano
306 Bispo dos Santos; - Grupo de Trabalho de Vigilância Epidemiológica, Farmacológica
307 e Imunizações - e da Conselheira Francinilda Souza Lima - Comissão de Saúde e
308 Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. **Decisão:** Aprovada
309 20 votos a favor, 0 voto contrário, 0 voto abstenção.

310 **Deliberação 05 - Assunto:** Aprovação da Moção de Repúdio à Decisão do
311 Governo Municipal de São Paulo na reestruturação da Coordenadoria de Vigilância
312 em Saúde do Município. **Decisão:** Aprovada 14 votos a favor, 02 votos contrário,
313 01 voto abstenção.

314 **Deliberação 06 - Assunto:** Aprovação da Moção de Repúdio à Decisão do
315 Governo Federal que revogou a lista de doenças relacionadas ao trabalho. Não
316 votada, ficando prorrogada para a próxima reunião, tendo em vista o Pedido de
317 Vista da Lista de doenças relacionadas ao trabalho - LDRT, pelo Conselheiro
318 Benedito Augusto de Oliveira.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 – 6º andar – Tel.: (11) 3066-8714.



319 Ata lavrada por Beatriz Pinheiro e revisada por Maria Aparecida Ferreira Malta